



O homem interminável

Entre leilões polémicos e arcas por abrir, revelamos seis inéditos e a história do labiríntico
Livro do Desassossego. Fernando Pessoa está aí para nos inquietar – felizmente.

Inéditos de um outro espólio

ESCOLHIDOS E COMENTADOS POR RICHARD ZENITH

O conteúdo do «espólio residual» de Fernando Pessoa em poder dos seus herdeiros consiste, sobretudo, em projectos literários, apontamentos, esboços, pequenos textos inacabados, poemas fragmentários, traduções em curso (nomeadamente uma versão inglesa de *A Invenção do Dia Claro*, de Almada Negreiros), cartas e propostas comerciais, anotações astrológicas e rascunhos ou cópias (nem sempre iguais) de obras conhecidas, como *The Mad Fiddler*. As peças são de inestimável interesse para estudiosos e organizadores da obra pessoana, mas não têm grande valor literário intrínseco. Não há entre elas poemas de Alberto Caeiro ou de Álvaro de Campos, por exemplo, e as prosas literárias acabadas são escassas e geralmente pouco ambiciosas (constituindo um trecho do *Livro do Desassossego*, agora revelado, a grande excepção). Este conjunto de documentos é,

no entanto, extremamente importante para traçar nexos e preencher lacunas na obra notoriamente fragmentária de Fernando Pessoa. Em particular, o considerável número de planos e projectos literários ajuda-nos a perceber melhor as intenções do autor quanto à organização e publicação das suas obras.

Os seis documentos seguintes, todos inéditos, mostram sete aspectos diferentes do material que se encontra actualmente em casa de Manuela Nogueira e que não estava incluído na célebre arca, segundo explica nestas páginas. Não são, todavia, inteiramente representativos, pois há muitas peças – como já foi dito – bem mais fragmentárias, com interesse apenas para especialistas da obra.

Actualizámos a ortografia nas transcrições dos textos em português.

1 EXCURSOS
Small Essays, based on the circumstance that «there is no subject, however wide, which may not be contained in a small discourse».

1. O verso e a prosa.
2. O orgulho e a vaidade.
3. A novela policiária.
4. O conceito de progresso.
5. A imaginação.
6. (*and others of the sort, which can be very easily picked up from my many notes and casual observations*)
7. A importância social da ortografia.
8. Depois de Parménides.
9. A pena de morte.

Há, pois, só dois argumentos em favor da pena de morte: de que é um dissuasivo do crime; de que a prática do crime, que envolve pena de morte, é um estado de guerra.

Se se admitir que para amedrontar é legítimo empregar qualquer processo, então verificaremos que a tortura é muito mais amedrontante que a morte, e restabeleceremos a tortura.

Quanto ao estado de guerra... Só a sedição pode assim designar-se, isto é, a destruição do

Estado como Nação. Uma simples revolução, com as suas consequências, não constitui tal crime. Só se essa revolução tiver por intuito o dissolver a Nação, ou entregá-la a outra, se pode admitir que os sediciosos fazem à Nação uma declaração de guerra.

Os sonhos (Seu simbolismo).
A opinião pública.
O sufrágio político.
Notas para uma regra de vida.

Esboço de uma geometria dos coexistentes e dos anti-sólidos.

A moral da força (Ensaio sobre a moral).
Ditaduras.
Fundamentos do conservantismo.
A Monarquia.

[Nos seus apontamentos e memorandos pessoais, Pessoa frequentemente recorria ao inglês, língua que assim surge duas vezes neste projecto de pequenos ensaios em português. Também lhe acontecia, entusiasmado pelas ideias que lhe iam ocorrendo, escrever notas ou até – como aqui – redigir parágrafos de alguma obra que acabara de enumerar numa lista. A propósito da pena de morte, Pessoa, quando mais novo, tanto planeava ensaios a favor como contra. Também redigira

algumas «Notas para Uma Regra de Vida» e apontamentos para um ensaio sobre *A Moral da Força*, e publicara «A Opinião Pública» em 1919, na revista sidonista *Acção*.]

2 Durban, July 14th 1904

Dear Man,
I should not again have troubled you by interfering in the scholarly discussion about Horace and the local trinity, had not «C.H.H.'s» erudite retort appeared. If, by quoting Professor White and the other critic, he meant to acquaint us with his knowledge of criticism, the effort is undoubtedly useless, or is rendered so by his appended «lesson on literary criticism». I may as well remark that the Muses, who have since the most remote eras had to listen to pseudo-poetical effusions such as those of «C.H.H.» and «Fairplay», are now too hardened to blush at the translations of Mr. Hillier. Again, «C.H.H.'s» comments on «Fairplay's» obscurity are exceedingly unfair, when we consider that «Fairplay» must be an admirer of Robert Browning and nonsense. Lastly, I beg leave to state that «C.H.H.'s» assertion, based on the criticism he quotes, that exact rhyme is not an essential to a rhimed poem is unfortunately undeserving of the fashionable name of paradox.

Uma arca, ou arcas, sem sossego: conversa com Manuela Nogueira

Ao longo do ano passado foram publicadas muitas notícias acerca da «outra arca» de Fernando Pessoa, ainda em poder dos herdeiros do escritor. A metáfora refere-se aos papéis de Pessoa que ficaram com a sua irmã Henriqueta Madalena Nogueira Rosa Dias, transitando depois para os dois filhos desta, apesar de em 1979 o Estado ter comprado o conteúdo da arca, hoje na Biblioteca Nacional. A existência desses papéis não era nenhum segredo, pois a família deixava que os investigadores consultassem o material e publicassem documentos pertinentes. Porém, o facto de os dois únicos sobrinhos de Pessoa – Manuela Nogueira e Luís Miguel Rosa Dias – terem procedido à venda de alguns originais, juntamente com livros e revistas que eram do poeta, provocou reacções de protesto e até alegações de que a família queria vender aquilo que já fora vendido, em 1979.

Manuela Nogueira, ela própria uma autora com muitos títulos, lembra-se dela quando ainda viviam na Rua Coelho da Rocha, nos tempos da sua infância, e recorda-a depois da mudança da família, por volta de 1943-1944, para a Rua das Praças, à Lapa, onde começaram a aparecer os primeiros investigadores. Mais tarde os pais, sempre com a arca, mudaram-se para a Avenida da República. «A minha mãe considerava que a arca era a que encerrava a obra do irmão. Estava cheia de envelopes sinalizando o que continham. Ela, que não era uma estudiosa da sua obra, achava que o Fernando não tinha incluído na arca outros papéis porque não estavam preparados ou acabados. Essa opinião pode parecer ingénua hoje, não sei, mas era isso: julgava que Pessoa, se não guardou outros documentos na arca, era por não interessarem para a sua obra.»

Quanto ao dossiê Pessoa-Crowley – que inclui toda a correspondência entre o poeta e o mago e outras pessoas envolvidas no caso, bem como a novela *The Mouth of Hell*, deixada inacabada – a sobrinha afirma que, tanto quanto sabe, nunca esteve na arca. Ficava guardado numa estante do escritório do pai, «juntamente com livros sobre astrologia e temas esotéricos». E a mãe, depois de enviar, preferia ignorar o dossiê. Sabia que Crowley, naquela altura, «não era visto com bons olhos pela maioria das pessoas e certamente não tinha muita vontade de ligassem o nome do meu tio a Crowley».

Foi um irmão de Pessoa, Luís Rosa (1900-1975), quem, ao que parece, terá contactado com uma ou outra universidade estrangeira,

As to the line lacking in syllables, I am willing to think that but an example of «Fairplay's» [...].
Durban, 14 de Julho de 1904

Caro Man,

Não teria voltado a incomodá-lo com a minha intervenção na douta discussão sobre Horácio e a trindade local, não fora ter surgido a resposta erudita de «C.H.H.». Se, ao citar o Professor White e o outro crítico, ele pretendia pôr-nos ao corrente do seu conhecimento da crítica, esse esforço é sem dúvida inútil, ou tornado inútil pela sua «lição de crítica literária» em apenso. Já agora faço notar que as Musas, obrigadas a escutar desde as eras mais remotas efusões pseudopoéticas como as de «C.H.H.» e de «Fairplay», já estão demasiado endurecidas para corar com as traduções do Sr. Hillier. Mais uma vez, os comentários de «C.H.H.» sobre a ininteligibilidade de «Fairplay» são extremamente injustos, tendo em conta que «Fairplay» deve ser um admirador de Robert Browning e de disparates. Por último, peço licença para declarar que a afirmação de «C.H.H.», baseada na crítica que este cita, de que a rima exacta não é algo essencial para um poema rimado, desmerece, infelizmente, da elegante designação de paradoxo. Quanto à linha a que faltam sílabas, inclino-me a pensar que basta um exemplo do [...] de «Fairplay» [...].

Tradução de Manuela Rocha

[Em 9 de Julho de 1904, Fernando Pessoa, utilizando o nome de C.R. Anon, participou numa polémica espirituosa a propósito da tradução de uma ode horaciana realizada por um tal Sr. Hillier e publicada em *The Natal Mercury*, numa coluna do jornal intitulada «Man in the Moon». Charles Robert Anon, o primeiro pré-heterónimo com uma obra de relevo, enviou ao jornal uma carta, juntamente com oito versos mordazes (a carta e os versos foram transcritos por H.D. Jennings no seu *Os Dois Exílios*, Porto, 1984). A presente carta, se tivesse sido terminada e enviada, teria prolongado a sua participação na animada discussão protagonizada por Hillier, C.H.H. (iniciais do Dr. Haggart, director da Commercial School, frequentada por Pessoa em 1902-1903) e por alguém que assina «Fairplay». Note-se o inglês exímio da carta.]

3 THE BOOK

I entered a bookshop. I set about counting the books there are to read and the years I am likely to live. They are not enough: I won't last half the bookshop.

Surely there are other ways of being saved; if not then I am lost.

Meanwhile all the people who entered the bookshop were all very well dressed [...].

I bought a book of Philosophy. Ph[ilosophy] is the science that deals with¹ life; it was just what I wanted – to put science into my life.

I read the book of philosophy; I got nothing by it, Mother, I got nothing.

They tell me² that it was necessary to be already an initiate; now I have only one initiation, which is this one of having been placed in this world in God's image and resemblance. Isn't that enough?

¹Var.: *treats of.*

²Var.: *I was told.*

O LIVRO [Original de Almada Negreiros]

Entrei numa livraria. Pus-me a contar os livros que há para ler e os anos que terei de vida. Não chegam, não duro nem para metade da livraria.

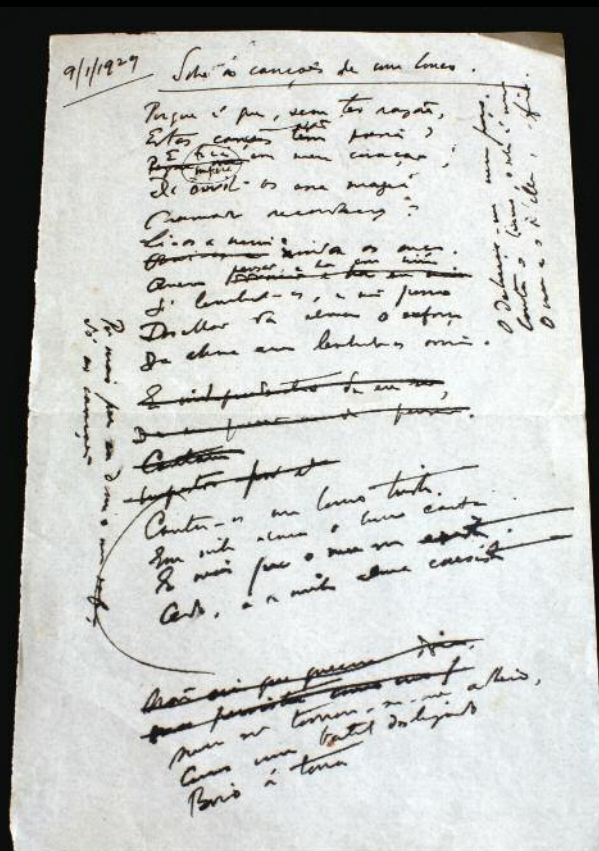
Deve certamente haver outras maneiras de se salvar uma pessoa, senão estou perdido.

No entanto, as pessoas que entram na livraria estavam todas muito bem vestidas de quem precisa salvar-se.

Comprei um livro de filosofia. Filosofia é a ciência que trata da vida; era justamente do que eu necessitava – pôr ciência na minha vida.

Li o livro de filosofia, não ganhei nada, Mãe! não ganhei nada.

Disseram-me que era necessário estar já iniciado, ora eu só tenho uma iniciação, é esta de ter sido posto neste mundo à imagem e semelhança de Deus. Não basta?



Ficções de Interlúdio.

1. Introdução Geral. } 30
Poemas Completos de Alberto Caeiro } 100
(prefácio dos parentes, prefácio }
do Dr. Ricardo Reis). }
Notas para a Recordação do meu mestre } 20
Caeiro (Alvaro de Campos). }
2. Ricardo Reis, "Odes", liv. I-III. } 30
Alvaro de Campos, "Poemas antes de } 20
Acordar". }
3. Alvaro de Campos, "Arco de Triunfo"
(Ode Triumphal, Ode Laritima, Saudação a Walt Whitman, A Passagem das Horas, Ode Mortal). }
4. Congresso. (Ultimatum de Alvaro de Campos; Athena, por Fernando Pessoa; O que é a metafísica?, por Alvaro de Campos; Apontamentos para uma Esthetica não-aristotelica, por Alvaro de Campos; O Rhythmo Paragráphico, por Alvaro de Campos; Resposta de Ricardo Reis; Replicca de Alvaro de Campos; Theoria da Arte, por Ricardo Reis; Resposta de Alvaro de Campos.) (etc?) }
5. Alvaro de Campos, "Accessorios", poemas. }

1. ut supra.
2. Ricardo Reis, "Odes", liv. I-III.
3. Alvaro de Campos, "Arco de Triunfo" (Ode Triumphal, Ode Laritima, Saudação a Walt Whitman)
4. Alvaro de Campos, "Ultimatum"

[Pessoa foi generoso para com os autores que publicou na sua editora, Olisipo. Depois de publicar, numa edição aumentada, as *Canções* (1922) de António Botto, promoveu esta e outras obras do poeta dândi através de vários artigos e prefácios, bem como da tradução das *Canções* para inglês. Também traduziu uma boa parte de *A Invenção do Dia Claro*, de José de Almada Negreiros, que saiu com a chancela da Olisipo em 1921. O espólio de Pessoa na posse de Manuela Nogueira inclui várias secções de *The Invention of the Clear Day* cuidadosamente dactilografadas. O manuscrito apresentado nesta página é uma tradução dos primeiros parágrafos do prefácio, intitulado «O Livro» no original.]

4 SOBRE AS CANÇÕES DE UM LOUCO

Por que é que, sem ter razão,
Estas canções têm¹ poesia?
E fica² em meu coração,
De ouvi-las[,] essa magia
Chamada recordação?
Li-as a mim e inda as ouço.
Quero pensar, e há em mim
Só lembrá-las, e não posso

Descolar da alma o esforço
Da alma em lembrá-las assim.

[...]

- 1 Var.: *são*.
- 2 Var.: *impera*.

[Entre os papéis de Pessoa ainda guardados pelos herdeiros, existem alguns poemas que o autor deixou a meio. Do poema aqui reproduzido, datado de 9/1/1929, transcrevem-se as primeiras duas estrofes, completas.]

5 *Ficções de Interlúdio* foi o título de um conjunto de cinco poemas publicados por Pessoa na revista *Portugal Futurista*, em 1917. Por volta de 1930 veio a ser, igualmente, o título geral das obras heteronímicas que pretendia dar à estampa. Neste, como noutros planos de publicação, a poesia do mestre Caeiro aparece em primeiro lugar, «emoldurada» por notas e comentários dos seus dois discípulos. Álvaro de Campos, no entanto, tem o privilégio de figurar em todos os cinco volumes mencionados na lista inicial, dactilografada. Aqui, mais nitidamente do que noutros projectos de publicação, Pessoa reconhece três fases bem demarcadas na poesia do engenheiro naval. Os poemas «antes de acordar» denotam, é claro, aqueles que supostamente escreveu antes de conhecer Caeiro, enquanto os «accessórios» correspondem aos poemas posteriores à fulgurante fase das grandes odes, incluídas no *Arco do Triunfo*. Porém, o volume mais curioso da lista é o quarto, intitulado *Congresso*. Teresa Rita Lopes, no seu *Pessoa por Conhecer* (Lisboa, 1990), chamou a atenção para a «discussão em família», ou seja, a vontade manifestada por Pessoa de pôr os heterónimos a discutir uns com os outros – vontade já patente nos encontros encenados nas *Notas para a Recordação do Meu Mestre Caeiro*. O volume *Congresso* – título unicamente mencionado, salvo erro, nesse projecto – levaria a discussão para outro nível e dar-lhe-ia outro tom.

6 Todo o pensamento, por mais que eu queira fixá-lo, se me converte, tarde¹ ou cedo, em devaneio. Onde quiser a mim argumentos ou fazer correr raciocínios, surgem-me frases, primeiro expressivas do próprio pensamento, depois subsidiárias das primeiras, por fim sombras e derivações daquelas frases subsidiárias. Começo a meditar a existência de Deus, e encontro-me a falar de parques remotos, de cortejos feudais, de rios passando meio mudos sob as janelas do meu debruçamento; e encontro-me falando deles porque me encontro vendo-os, sentindo-os, e há um

propondo a venda do espólio. «Ele achou que em Portugal, onde tinha começado a residir [*depois de se aposentar do seu trabalho em Inglaterra*], as coisas estavam muito demoradas, não andavam com a velocidade desejada, e que com certeza uma universidade inglesa, ou americana, teria melhores condições para divulgar a obra. Penso que não deu um passo muito definitivo neste sentido, mas deixou transparecer que queria fazê-lo. Então o Estado arrolou – e depois comprou, por um valor exíguo – um espólio que deu azo a uma obra que se espalhou pelo mundo inteiro, com traduções em pelo menos 36 línguas, que eu saiba.»

O que o Estado comprou por seis mil contos [*cerca de trinta mil euros*], frisa Manuela Nogueira, foi apenas o conteúdo da arca, «onde Pessoa arrumara em grandes envelopes a sua obra principal», a qual tinha sido «objecto de classificação por um grupo de funcionárias do Ministério da Educação», que todas as tardes se deslocavam à casa da sua mãe durante quase três anos.

«Sabíamos, claro, que existia o material sobre Crowley que não estava na arca. E fomos sabendo de outras coisas. A minha filha Isabel até reproduziu algumas no seu livro [Fernando Pessoa na Intimidade (1987)]. Mas só quando desmanchei a casa da minha mãe, pela morte dela [1992], é que este outro espólio, por assim dizer, que não estava na arca, veio para a minha casa. Depois algumas coisas foram para a casa do meu irmão. E então eu, pouco a pouco, fui tentando arrumar os papéis. Havia muita coisa misturada: manuscritos, fotografias, cartas e documentos do tempo da África do Sul. Havia também o espólio de Henrique Rosa – que a família doou à Biblioteca Nacional.»

A decisão de vender o «outro espólio» não foi fácil, mas uma vez que os herdeiros – agora com 83 e 78 anos – não têm descendentes virados para a literatura ou interessados em ser guardiães desses papéis, consideraram que era a única solução viável. Por isso, «achámos boa ideia quando houve um grupo de pessoas que quis digitalizar a obra, porque assim ficaria disponível, *on-line*, e então poderíamos vender os originais sem prejudicar os estudiosos.»

Quando lhe fiz notar que uma digitalização, embora seja uma ferramenta preciosa, não pode substituir o original, Manuela Nogueira respondeu: «Pois, mas nós pensávamos que o suporte material de certos documentos não era tão importante como realmente os estudiosos hoje em dia consideram.» Lamentou que, ao contrário do que fora combinado, as digitalizações efectuadas não tenham sido disponibilizadas na Biblioteca Nacional – aparen-

temente por falta de um protocolo, que está disposta a assinar – e que nem sequer ela própria tenha recebido uma cópia completa delas.

Quanto ao destino mais desejável para os papéis de Pessoa ainda em poder da família, Manuela Nogueira não tem dúvidas. Salvaguardando eventuais peças que a família, no seu entender, tem todo o direito de conservar, «o ideal para mim, e acho que para o meu irmão também, seria o Estado comprar absolutamente tudo. Isso para nós seria um alívio total e é o que consideramos que deveria ser». Defendeu a necessidade de recorrer a leilões, já que não havia outra maneira de determinar o valor real dos objectos postos à venda. «Agora sim, temos uma ideia do valor.» E acrescentou: «Achámos um bocado estranho que o Estado, depois do primeiro leilão [Dezembro de 2007] em que comprou umas peças e sabendo que havia um segundo leilão [13 de Novembro de 2008] já em projecto, não nos tivesse contactado senão 20 dias antes desse segundo leilão. Em cima do acontecimento, e já com o catálogo feito e publicado na Internet, não havia como recuar. Ficámos com pena. Se o Estado nos tivesse contactado antes, havia peças que, com certeza, não precisavam de ir ao leilão.»

Outro pólo da polémica em torno dos leilões diz respeito às revistas e livros de Pessoa colocados à venda. Em 1988 a Câmara Municipal de Lisboa comprou os livros deixados por Pessoa em duas estantes: uma com 327 livros encadernados e outra com 777 livros. No contrato conservado pela família, «não há qualquer referência à “biblioteca” de Fernando Pessoa».

Manuela Nogueira admite que há livros – muitos sobre assuntos esotéricos, por exemplo – que membros da família quiseram guardar e outros que foram aparecendo ou ainda podem aparecer. «Estamos a falar de casas de família e houve várias mudanças e várias casas pelas quais passaram os livros do Fernando – misturados com livros do meu pai, de Henrique Rosa e, provavelmente, dos irmãos de Pessoa. Se um livro não está assinado por Pessoa, se não escreveu nele ou se não tem nenhuma relação com a sua obra, ninguém pode garantir que lhe pertenceu.»

Para o fim da nossa conversa, Manuela Nogueira exprimiu o seu profundo desgosto pela providência cautelar que a Câmara Municipal enviou, no momento do segundo leilão, para impedir que fosse vendida a capa rasgada de um livro de Pessoa que está actualmente na Casa Fernando Pessoa (e que fazia parte dos lotes vendidos em 1988). «Bastava que alguém da câmara ou da Casa Fernando

breve momento em [que] uma brisa real me toca na face, surgida da superfície do rio sonhado através de metáforas, do feudalismo estilístico do meu abandono central.

Gosto de pensar porque sei que não tardarei em não pensar. É como ponto de partida que o raciocínio me encanta – gare metálica e fria onde se embarca para o grande Sul. Esforço-me, às vezes, por meditar um grande problema metafísico ou até social, pois sei que a voz rouca do pensamento tem para mim caudas de pavão, que se me irão abrindo se eu esquecer que penso, e que o destino da humanidade é uma porta num muro que não há, e que eu posso portanto abrir para os jardins que me aprouver.

Bendito seja aquele elemento irónico dos destinos que dá aos pobres de vida o sonho como pensamento, assim como dá aos pobres de sonho, ou a vida como pensamento ou o pensamento como vida.

Mas até o sonho por correnteza de pensar se me volve cansando². E então abro os olhos de sonhar, chego à janela e transfiro o sonho para as ruas e os telhados. E é na contemplação distraída e profunda dos aglomerados de telhas separadas em telhados, cobrindo o contágio astral das gentes arruadas, que se me desprende deveras a alma, e não penso, não sonho, não vejo, não preciso; contemplo então deveras a abstracção da Natureza, da Natureza, a diferença entre o homem e Deus.

¹Var.: logo.

²Var.: volve em cansar-me.

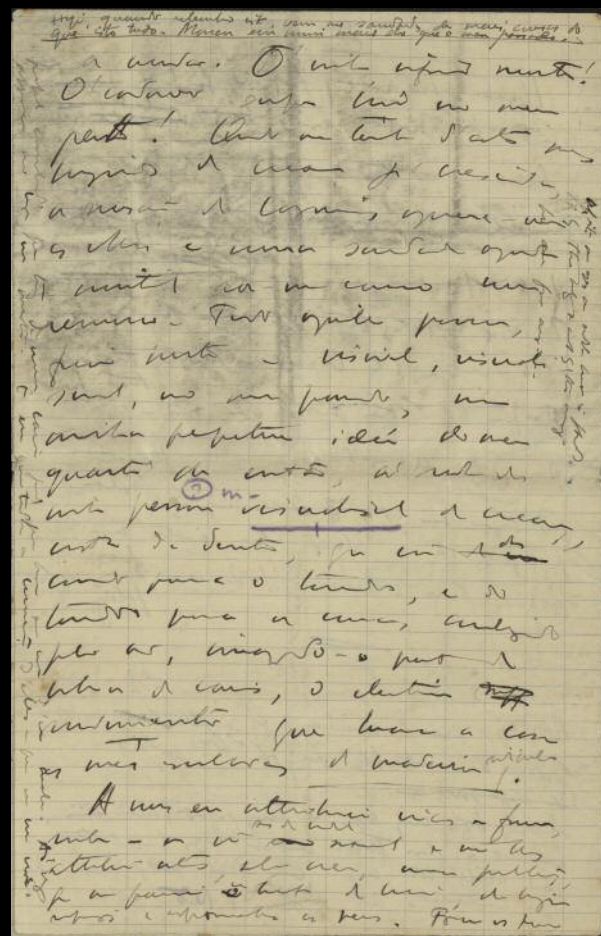
[Entre os documentos de Pessoa que continuam à guarda dos seus familiares, este trecho inédito do *Livro do Desassossego* é uma peça atípica, por parecer estar acabado e ter grande qualidade literária. Data certamente do último período do *Livro* e, embora não esteja assinado como tal, não há dúvida de que pertence à obra. A temática do devaneio imaginativo e as referências a «parques remotos» e «cortejos feudais», por um lado, e às ruas e aos telhados de Lisboa, por outro lado, tornam a sua atribuição ao *Livro* inevitável. Mais: as últimas palavras do trecho constituem uma variante de uma conhecida frase do *Livro*: «A natureza é a diferença entre a alma e Deus» (do trecho 148, na edição da Assírio & Alvim).

Manuela Nogueira tencionava incluir este texto no livro *Fernando Pessoa: Imagens de Uma Vida* (Lisboa, 2005), mas acabou por achar que não se encaixava bem. Vi uma fotocópia do texto nessa altura, e agora, a meu pedido, a autora do livro procurou e encontrou a mesma, autorizando a sua reprodução na LER. Ainda não localizou o original, que talvez tenha ficado junto de outros que foram publicados no dito livro.]

Dois inéditos do *Livro do Desassossego* provenientes do Espólio de Pessoa, na Biblioteca Nacional

Transcritos e apresentados por Richard Zenith

Nenhum dos dois textos que se seguem ostenta a sigla *L. do D.*, frequente mas nem sempre presente nos trechos do *Livro do Desassossego*, mas a sua pertença à obra parece evidente. Basta comparar o primeiro trecho com outros do *Livro* que também falam de brincadeiras de «pré-heteronímia» na infância – o trecho 92 (ed. Assírio & Alvim) ou aquele intitulado «A Cascata» – e o segundo com os muitos trechos em que Bernardo Soares tece comentários sobre o acto de escrever ou descreve o céu nas suas variadas cores. A vontade de gritar é também um *leitmotiv* na prosa do exteriormente apagado ajudante de guarda-livros. O segundo trecho figura no verso de uma folha ocupada por um poema datado de 24/7/1930. O facto de ser escrito a lápis e em papel muito fino torna a leitura bastante árdua, como se vê pelo fac-símile. O primeiro trecho é redigido no verso do rascunho de um poema em inglês, «Now are no Janus' temple-doors thrown wide», datado de 7/1/1915. Pessoa começou a escrever o trecho pelo lado direito



Duas faces da folha com trecho de 1915

da folha, dobrada ao meio, passou para o lado esquerdo, continuou na margem lateral do mesmo lado, voltou ao lado direito e terminou o texto no lado esquerdo, na margem superior.

Actualizámos a ortografia nas transcrições.

TRECHO DE 1915

Quando criança eu apanhava os carrinhos de linha.¹ Amava-os com um amor doloroso – que bem que me lembro – porque tinha por eles não serem reais uma imensa compaixão...

Quando um dia consegui haver às mãos o resto de umas pedras de xadrez, que alegria não foi a minha! Arranjei logo nomes para as figuras e passaram a pertencer ao meu mundo de sonho.

Essas figuras definiam-se nitidamente. Tinham vidas distintas. Morava um – cujo carácter eu decretara violento e *sportsman* – numa caixa que estava em cima da minha cómoda, por onde passeava, à tarde quando eu, e depois ele, regressávamos do colégio, um carro eléctrico de interiores de caixas de fósforos de madeira, ligadas não sei por que arranjo de arame. Ele saltava sempre com o carro a andar. Ó minha infância morta! Ó cadáver sempre vivo² no meu peito! Quando me lembro destes meus brinquedos de criança já crescida, a sensação de lágrimas aquece-me os olhos e uma saudade aguda e inútil rói-me como um remorso. Tudo aquilo passou, ficou hirtó e visível, visuali-

zável, no meu passado, na minha perpétua ideia do meu quarto de então, à roda da minha pessoa invizualizável³ de criança, vista de dentro, que ia da cómoda para o toucador, e do toucador para a cama, conduzindo pelo ar, imaginando-o parte da linha de carris, o eléctrico rudimentar⁴ que levava a casa os meus escolares de madeira ridículos.

A uns eu atribuía vícios – fumo, roubo – mas não sou de índole sexual e não lhes atribuía actos, salvo[,] creio, uma predilecção, que me parecia um acto de brincar, de beijar raparigas e espreitar-lhes as pernas. Fazia-os fumar papel enrolado por trás de uma caixa grande que havia em cima duma mala. Às vezes aparecia no lugar um mestre. E era com toda a emoção deles[,] e que eu me via obrigado a sentir, que eu arrumava logo o cigarro falso e punha o fumador vendo-o curiosamente desprendido à esquina, esperando o mestre, e cumprimentando-o, não me lembro bem como, à inevitável passagem... Às vezes, estavam longe um do outro e eu não podia com um braço manobrar esse e outro com o outro. Tinha que os fazer andar alternadamente. Doía-me isto como hoje me dói não poder dar expressão a uma vida... Ah, mas por que recorde eu isto? Por que não fiquei eu sempre criança? Por que não morri eu ali, num desses momentos[,] preso das astúcias dos meus escolares e da vinda como-que-inesperada dos meus mestres? Hoje não posso fazer isto... Hoje tenho só a realidade com que não posso brincar... Pobre criança exilada na sua virilidade! Por que foi que eu tive de crescer?

Hoje, quando relembro isto, vêm-me saudades de mais coisas do que isto tudo. Morreu em mim mais do que o meu passado.

¹ Inicialmente, o autor deixou espaço em branco entre esta frase e o seguimento do texto, o que indica uma intenção de desenvolvimento posterior. É possível, mas não seguro, que tenha renunciado a essa intenção, uma vez que preencheu o espaço com uma parte final do trecho.

² Palavra dubitada.

³ 1ª versão, preterida mas com dúvida: *visualizável*.

⁴ Palavra dubitada.

TRECHO DE 1930

Escrevo com uma estranha mágoa, servo de uma sufocação intelectual, que me vem da perfeição da tarde. Este céu de azul precioso, desmaiando para tons de cor-de-rosa pálido sob uma brisa igual e branda, dá-me à consciência de mim uma vontade de me gritar. Estou escrevendo, afinal, para fugir e refugiar. Evito os idílios. Esqueço das expressões exactas, e elas abrilham-se-me no acto físico de escrever, como se a mesma pena as produzisse.

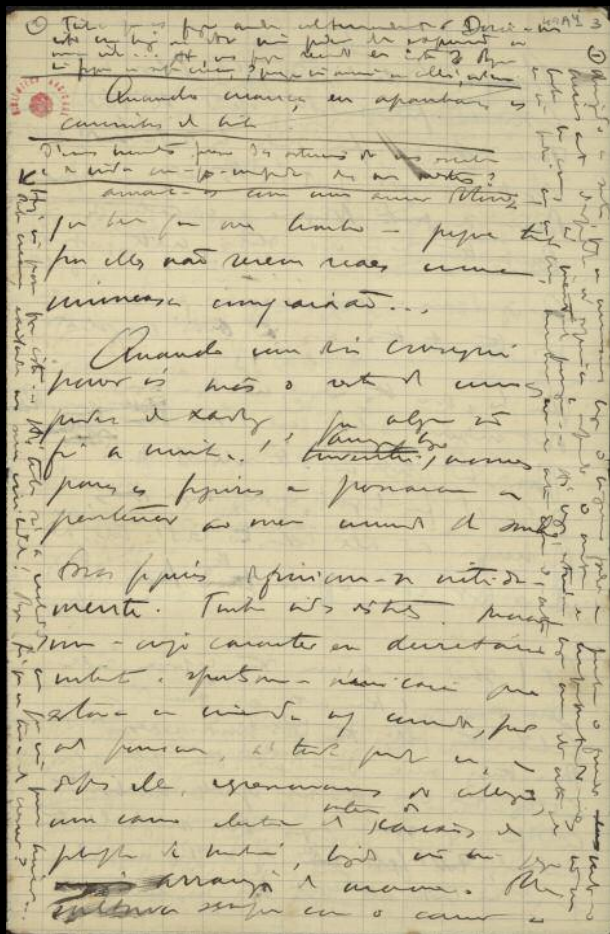
Do que pensei, do que senti, sobrevive só, obscura, uma vontade inútil de chorar. ■

Pessoa tivesse telefonado a dizer que a capa pertencia ao tal livro. A insinuação de que a família tinha tirado a capa para depois a vender à parte era aviltante e absurda.»

Absurda seria certamente, pois não imagino a Dona Henriqueta com tais calculismos. Informaram-me, na Casa Fernando Pessoa, que souberam dessa capa à última hora, sendo por isso que a câmara agiu de forma tão precipitada. Depois de leiloada, os trâmites legais para a recuperar teriam sido, evidentemente, mais complicados. Todavia, os direitos da Casa Fernando Pessoa sobre a capa do livro não são incontestáveis. Trata-se de uma capa em que Fernando Pessoa redigiu um texto, o que era nele prática comum. No seu espólio há várias capas que caíram dos seus livros, ou que ele próprio tirou, usando-as depois como suportes de escrita (ou escreveu nelas e depois tirou-as dos livros). Possivelmente, foi isso que aconteceu com a capa que tanto bulício provocou ultimamente, o que justificaria a sua manutenção entre os restantes papéis do poeta e não junto do livro a que originalmente pertencia. Porém, se o texto nela escrito for a continuação de outro que figure no livro, faz todo o sentido que capa e livro sejam reunidos, para preservar a integridade do texto.

Pessoalmente, e embora entenda as razões da família, acho lamentável que a venda dos documentos de Pessoa, ainda na posse desta, tenha começado pelo recurso a leilões, e espero que não acabe assim. Não convém que o «espólio residual», como Manuela Nogueira o designa, fique disperso por várias mãos privadas. Na falta de uma universidade ou outra instituição pública em Portugal que reúna as condições necessárias para adquirir, conservar e disponibilizar este material para consulta, urge que o Estado português o compre, integrando-o no espólio à guarda da Biblioteca Nacional. E se a Câmara Municipal de Lisboa, por estar na lamentável situação financeira em que está, não dispuser de recursos para comprar os restantes livros da biblioteca de Pessoa, parece-me que o Estado português, mais uma vez, tem a obrigação de agir. Caso o Estado não considere prioritária a aquisição da matéria-prima do maior escritor português desde Camões, então a solução do irmão de Pessoa seria, segundo me parece, a mais sensata. Quer dizer, seria preferível que o Estado autorizasse a venda, *em bloco*, dos papéis, livros e revistas de Pessoa ainda em poder dos seus familiares a uma universidade ou biblioteca estrangeira, desde que esta garantisse o seu livre acesso aos estudiosos, ao invés de vermos tudo disperso entre dezenas ou até centenas de privados. ■

Por Richard Zenith



História de um livro desalinhado

TEXTO DE CARLOS CÂMARA LEME

A nova edição do *Livro do Desassossego*, da autoria de Teresa Sobral Cunha, publicada recentemente pela Relógio d'Água, trouxe de volta as interrogações e as divergências de sempre sobre a obra que entrou no panteão dos clássicos mas que Fernando Pessoa nunca conheceu como tal. Desde 1982, quando Jacinto do Prado Coelho organizou a primeira edição para a Ática, que os investigadores pessoanos continuam a trilhar caminhos numa viagem sem fim.

Desassossegradamente, na História da Literatura Universal, o *Livro do Desassossego*, de Fernando Pessoa, é um caso único: parece ter um ponto de partida e, deveria ter um – já para não falar «no» – ponto de chegada. Mas não. É assombroso! Não há maneira de vermos qualquer luz no fundo do túnel. Opaco? Caótico? Meteorico? Inquietante? De tudo um pouco? Talvez... O *case study* do *Livro do Desassossego* é aquele que, com toda a certeza, nos pode levar para toda uma «floresta do alheamento», para nos perdermos...

Dizer o que é o *Livro do Desassossego* – sobretudo para pessoas que nunca ouviram falar da sua existência – não é tarefa fácil. Em sentido literal, estamos perante uma obra que entrou no panteão dos clássicos e, que simultaneamente, não existe. E, talvez, esteja certo assim, para um autor que cultivava o interlúdio, o não-isto-nem-aquilo, mas o *entre*.

Na forma, há trechos longos, outros de 20 a 40 linhas, e muitos, muitos fragmentos, em meras notas que não vão dar a sítio nenhum, deixadas ao acaso nas mais variadas formas sobre o que deixou escrito, muitas delas sem data e sem autoria. Na substância, a paleta ainda é mais complexa, porque há temas perenes – a questão da identidade («ser ou não ser, eis a questão», que está no epicentro da obra de Shakespeare que Pessoa leu e amou); a passagem do tempo (preocupação que surge em grande parte das inquietações pessoais) também está plasmada; os sonhos em que é posto em causa quem é que sonha o quê – ou seja, será que somos nós que sonhamos uma borboleta ou será a borboleta que sonha por nós?; ou, só para dar um exemplo ínfimo, o sentido de cada palavra: «Sim, porque a ortografia também é gente. A palavra é completa vista e ouvida» e, conseqüentemente, o acto de

escrever. «Escrever é como a droga que repugno e tomo, o vício que desprezo e em que vivo», escreveu Pessoa.

Outro vício? Tentar perceber (a história do) desassossego do *Livro do Desassossego*? É uma droga! Temos que viajar no tempo e regressar ao primeiro dos 12 fragmentos publicados em vida por Fernando Pessoa (1888-1935, Lisboa). O primeiro saiu na revista *A Águia*, em 1913. Título? «Na Floresta do Alheamento», contendo uma nota final: «Do *Livro do Desassossego* em preparação.»

O primeiro parágrafo reza assim: «Há em Lisboa um pequeno número de restaurantes ou casas de pastos [*em*] que sobre uma loja com feição de taberna decente, se ergue uma sobreloja com uma feição pesada e caseira de restaurante de vila sem comboios. Nessas sobrelojas, salvo ao domingo um pouco frequentadas, é frequente encontrarem-se tipos curiosos, caras sem interesse, uma série de apartes na vida.» Mais à frente, Pessoa traça o retrato fisionómico de um desses personagens. É homem. Aparenta 30 anos. Magro. O poeta aproxima melhor a sua lente: «Passei a vê-lo melhor. Verifiquei que um certo ar de inteligência animava de certo modo incerto as suas feições.» O homem era empregado de comércio, e os dois passaram a cumprimentar-se e a estabelecer um diálogo. Um dia, «a certa altura ele perguntou-me se eu escrevia. Respondi que sim. Falei-lhe da revista *Orpheu*, que havia pouco aparecera. Ele elogiou-a, elogiou-a bastante, e eu então pasmei deveras. Permiti-me observar-lhe que estranhava, porque a arte dos que escrevem em *Orpheu* só ser para poucos. Ele disse-me que talvez fosse um dos poucos. De resto, acrescentou, essa arte não lhe trouxera propriamente novidade: e timidamen-



Luísa Costa Gomes*

Pessoa por descobrir

Comecei a ler Pessoa cedo de mais e acabei por guardá-lo para um dia mais tarde. Cheguei há pouco e sei pouco. Sou capaz de tê-lo *esnobado*, em virtude da ignorância da minha pouca idade na altura. É verdade que houve tempos em que a obra poética de Pessoa parecia secar tudo em volta. Falou-se muito disso e ficou-se com a ideia de que estava falado. E, no entanto, como em tantas outras instâncias em Portugal, criou-se a ideia de que já se trabalhou bastante sobre Pessoa, que está tudo feito, que podemos pensar noutra coisa.

Sem querer obviamente desvirtuar o trabalho gigantesco de quem trabalhou e deu a conhecer a poesia pessoana, a verdade é que a maior parte da narrativa de Fernando Pessoa continua

inédita. Nem está sequer feito o levantamento dos originais, entretanto dispersos, e pela razão simples de que é tarefa difícil, exigente, morosa e frustrante. Num país que se gaba de conhecer tão bem o seu Pessoa – hoje marca de exportação – parece estranho que só em 2008 tenha sido publicada na Assírio & Alvim a reconstituição das suas *Novelas Policiárias*, após sete anos de decifração, transcrição, interpretação e organização de Ana Maria Freitas. Em 2009, podemos dizer que 90 por cento da obra narrativa de Pessoa continua desconhecida. Os contos de Pessoa, cuja quantidade, extensão e diversidade é ainda quase impossível de avaliar, são um bom ponto de partida para o conhecimento do Pessoa.

Para além do *Livro do Desassossego*... ■

*Romancista

Vasco Graça Moura*

Pessoa não me apetece

Convenhamos em que a *Pessoaana – Bibliografia Passiva, Selectiva e Temática*, de José Blanco (Assírio & Alvim), e o *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português* (Caminho), coordenado por Fernando Cabral Martins, ambos publicados em 2008, são empreendimentos notabilíssimos e instrumentos de trabalho imprescindíveis.

Convenhamos também em que Pessoa continua a ser um interessante produto de exportação cultural para o estrangeiro, talvez mesmo o único de referência entranhada e recorrente em muitas almas, senão excitantes, a maioria delas citantes e recitantes. Convenhamos ainda em que a edição crítica que vem sendo publicada pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda desde há vários anos é um trabalho de grande mérito e, claro, convenhamos sobretudo em que todos os nossos amigos inteligentes dedicaram a Pessoa páginas inteligentíssimas e inovadoras.

Mas isso não obsta a que o consumo nacional interno de Pessoa e heterónimos esteja a diminuir, nestes tempos de consumos culturais cada vez mais rarefeitos. E sobretudo, a mim, pessoalmente, isso em nada me desperta ou reactiva qualquer entusiasmo por Fernando Pessoa e pela companhia heterónima de que falava Jorge de Sena. No que toca à inflação pessoana em geral, nem vale a pena falar. Parece estar em queda, depois de o ortónimo e alguns dos seus parceiros terem inspirado abundantemente ficcionistas, poetas, ensaístas, pintores, escultores, músicos, cineastas, coreógrafos, filósofos, autores de teatro, artistas de rua, jornalistas, repórteres, uns maiores, outros menores e sem remédio, sem falar em toda a gente que não teria mais nada para dizer ou fazer se não se lhe proporcionasse repetir o que outra gente já disse ou opinou.

No que toca a Bernardo Soares, já tive ocasião de manifestar o quanto ele me deixa indiferente. É mais ou menos o que acontece com o diário de Amiel que, de resto, o precede em vários aspectos de uma análítica exaustivamente desagregadora de si mesmo e da manifestação de um sentimento do vazio e da falta de interesse de tudo o que constitui o mundo. De facto, mesmo quando consegue ser interessante, Fernando Pessoa não me apetece.

*Poeta, romancista, ensaísta e tradutor



te observou que, não tendo para onde ir nem que fazer, nem amigos que visitasse, nem interesse em ler livros, sóia gastar as suas noites, no seu quarto alugado, escrevendo também.»

Aqui chegados é preciso fazer, desde logo, um primeiro esclarecimento: os primeiros fragmentos cotejados são iguaizinhos aos textos estabelecidos pelos dois editores que mais têm trabalhado na fixação do *Livro do Desassossego*: Teresa Sobral Cunha (Relógio d'Água, Outubro de 2008) e Richard Zenith (Assírio & Alvim, Julho de 2006). A seguir vem o desassossego que, de resto, já tinha começado há muito tempo para, agora, aqui chegar.

E que, pelo andar da carruagem, ainda fará correr muita tinta quando a pessoana talvez mais conhecida do grande público, Teresa Rita Lopes, e a Equipa da Edição Crítica das Obras Completas de Fernando Pessoa, coordenada por Ivo Castro, apresentarem as suas propostas. Não estamos numa estação terminal, não. Se calhar, ainda estamos a comprar um bilhete para uma longa viagem...

Para a história do atribulado percurso do *Livro do Desassossego*, até chegarmos à primeira edição, a designada edição *princeps* – que apareceu em 1982, na Ática – temos de ter em linha de conta as primeiras aproximações póstumas que se foram fazendo: em 1960, Maria Aliete Galhoz editou 10 fragmentos na *Obra Poética* (ed. Aguilar) e, no ano seguinte, Pedro Veiga (Petrus) reuniu numa brochura *Livro do Desassossego. Páginas Escolhidas*. (cf. o breve «*Livro do Desassossego* – História de uma edição», no *Dicionário Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, com coordenação de Fernando Cabral Martins, Caminho, 2008, assinada por José Blanco, autor da incontornável *Pessoana*, ed. Assírio & Alvim, 2008).

Embora, em 1982, a edição *princeps* da Ática, em dois volumes atribuídos a Bernardo Soares, publicasse o *Livro do Desassossego* – com prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho e recolha/transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha –, ainda apareceram mais 19 textos inéditos. Ou seja, um quebra-cabeças começava a não dar sossego a quem se propusesse pôr de pé a vera versão do *Livro do Desassossego*. De resto, não surpreende aos que trabalham a obra de Pessoa que não apareçam mais uns quantos inéditos. É estranho, pois é. Mas é assim...

Ao enorme universo pessoano, juntava-se uma tal constelação que, à medida que foi crescendo, tornou-se na mais enigmática obra – a qual é, actual, e ironicamente, a mais traduzida de Pessoa. Antes de Jacinto do Prado Coelho, houve quem se propusesse dobrar o cabo das Tormentas: o poeta, ensaísta e escritor Jorge de Sena que, embora não tenha conseguido chegar a bom por-

to, deixou um dos textos mais inteligentes – senão mesmo o mais fabuloso – que se escreveram sobre o *Livro do Desassossego* bem como para a sua organização: apareceu, pela primeira vez, no nº 3 da revista *Persona*, do Centro de Estudos Pessoaanos da Faculdade de Letras do Porto, em Julho de 1979 (com dois anexos, «Para a história do estudo de Jorge de Sena sobre o *Livro do Desassossego* e para a história da publicação do *Livro do Desassossego*», assinado por Arnaldo Saraiva, e uma «Nota acerca da preparação – continuação – da cópia do *Livro do Desassossego* para publicação», de Maria Aliete Galhoz, que apresenta dois inéditos), e, em 1984, nas Edições 70, em *Fernando Pessoa & Cª Heterónima – Estudos Coligidos 1940-1978*, mas sem os anexos da *Persona*.

Mas à altura o que levou Sena a desistir do projecto, além de um conjunto de cartas entre o ensaísta e a Ática que não levaram a lado nenhum, ninguém sabe. O que tinha entre mãos só ele o saberia. Mas era de tal forma importante que, para sempre, ditou: «A publicação do *Livro do Desassossego* é por certo um acontecimento. Se nem todos os trechos são de igual valor, alguns serão da mais bela e mais penetrante prosa da língua portuguesa.» Sim, a pátria de Fernando Pessoa.

De todas as investigadoras, foi a que mais propostas fez desde a primeira edição. Um *work in progress* reconhecido por todos os pessoanos, mesmo quando discordam das suas propostas: a inicial, em 1991, quando saiu na Presença – em dois volumes, um atribuído a Vicente Guedes/Bernardo Soares, outro somente a Bernardo Soares. Uma outra autoria e outra organização. A assinatura? Teresa Sobral Cunha.

«A economia dos gestos a refazer numa outra edição da mesma obra sobretudo indicia na integração do heterónimo Vicente Guedes e dos trechos que o referiam retidos fora da edição *princeps*.»

Porquê?

«Porque a nova ordenação coordena a produção documental e os sentidos do discurso, na integração de trechos inéditos que se me haviam deparado nas incursões do espólio e, ainda, na correcção de erros de transcrição que a complexa caligrafia do poeta facilmente induz.»

Em 1994, na Relógio d'Água vai mais longe (e atribui um primeiro volume a Fernando Pessoa/Vicente Guedes, sendo que o segundo Fernando Pessoa/Bernardo Soares não foi publicado por causa da prorrogação, por mais oito anos, dos direitos familiares, com base na expansão das leis germânicas alargadas à Comunidade Europeia). Porquê?

«Porque singularizavam os resultados de mais um regresso aos originais e, portanto, acrescentada a sua volumetria, corrigidas as leituras

e os pontuais entendimentos organizativos da escrita de três personalidades num interdiálogo não explicitamente assumido pelo único autor realmente existente.»

De novo e também na Relógio d'Água chega a «um porto de ancoragem», reunindo num só volume o Livro do Desassossego, atribuído a Fernando Pessoa/Vicente Guedes/Bernardo Soares. Porquê?

«Uma organização tendencialmente cronológica do Primeiro Livro e, expressamente cronológica, no Segundo [*Livro*] permitiu a constituição de um discurso em progresso que reúne adequadamente num só esta obra em dois livros que Pessoa também definiu como o “livro da minha vida inteira”.»

Oriundo dos EUA, se bem que apreciasse a poesia de Fernando Pessoa e soubesse da existência do *Livro do Desassossego*, só o leu quando aportou em Portugal, em 1987. Ao lê-lo, diz Richard Zenith, experimentou uma «sensação de mistério, como se estivesse perante um objecto grandioso mas impossível de dominar, de apreender». Volvidos quatro anos, traduziu-o para a editora inglesa Carcanet: *The Book of Disquietude*. Desde então, o «bichinho entrou-lhe no corpo», e prepara uma nova edição, na Assírio & Alvim (uma editora que, simultaneamente, tem feito muito pela obra de Fernando Pessoa e a quem Richard Zenith tem sido fiel) com base na primeira estabelecida em 1998 – que, afirma, «incluirá alguns inéditos» –, com data de saída no início do Verão.

«Os meus critérios, relativamente ao conteúdo do *Livro do Desassossego*, são consideravelmente mais conservadores do que aqueles seguidos por Teresa Sobral Cunha.»

Porquê?

«Porque, por exemplo, um dos textos que tinha introduzido na minha tradução para inglês, e que foi agora incluída por Teresa Sobral Cunha – “Se eu via aquela árvore...” – na nova edição da Relógio d'Água, não entrou na minha edição da Assírio & Alvim, pois acabei por achar que não tinha cabimento no *Livro do Desassossego*. Em contrapartida, depois de um contacto directo com o espólio, integrei os trechos novos explicitamente atribuídos ao *Livro do Desassossego*, e cerca de 40 cujo conteúdo me levava a crer que pertenciam a ele.»

É muito cuidadoso na forma como aborda a integração ou não dos inéditos? Porquê?

«Porque tudo isto é inevitavelmente subjectivo.»

Entre a primeira edição e a mais recente de Teresa Sobral Cunha, muita água passou por debaixo das pontes. Actualmente, mesmo que não se queira, há, pelo menos, um aspecto problemático e polémico entre as propostas de Zenith e Sobral Cunha.

>

Leyla Perrone-Moysés*

Brasil, o sossego aqui tão perto

A edição que preparei com o título *Fernando Pessoa, Livro do Desassossego por Bernardo Soares* (Editora Brasiliense, São Paulo, 1986), baseava-se na de Jacinto do Prado Coelho, mas era diferente. Fiz um novo arranjo, reunindo os fragmentos sobre determinados temas: Lisboa, a ficção do eu, o sonho, a «viagem nunca feita»,

o «amante visual», o dizer literário. E o livro foi composto na ortografia moderna brasileira. Era uma edição corrente, para alcançar um público mais vasto, objetivo que foi bem-sucedido na época, já que a primeira edição portuguesa pouco circulou por aqui. Era difícil de encontrar. E muito cara.

Na época da minha edição, saíram várias matérias nos principais jornais brasileiros. Mas não houve nenhuma contestação. Sobre a qualidade literária do livro, por ocasião da 1ª edição portuguesa [*a de Jacinto do Prado Coelho*], o crítico Wilson Martins disse que cada novo texto tirado da arca de Pessoa, diminuía «sua estatura intelectual». E o poeta Décio Pignatari escreveu dizendo que se tratava de «abobrinhas» politicamente reacionárias. Mas seu companheiro concretista, o poeta Augusto de Campos, discordou completamente, dizendo que esses «quebrados e desconexos pedaços tirados de seu baú de maravilhas» eram «cheios de fagulhas de poesia».

Depois disso, houve outras edições do *Livro do Desassossego*: no Brasil, a edição de Richard Zenith, igual à da Assírio & Alvim, e publicada aqui pela Companhia das Letras (1999) é atualmente a mais lida. Sobre a ordenação do *Livro do Desassossego* mantenho a opinião que já era a de Jacinto do Prado Coelho: cada leitor pode escolher a ordem de leitura que mais lhe convier. A obra ficou desordenada, sem a seleção e a revisão rigorosa que Pessoa pretendia dar-lhe. E, assim, nunca terá uma edição «definitiva». Uma vez mais, quem tem razão é Eduardo Lourenço: «Tal como hoje se apresenta, o conjunto de textos sem plano prévio, acumulados durante a vida inteira, destinado a ser o livro de entradas múltiplas que acabará por constituir para nós, é o equivalente textual da mala eternamente por fazer, impossível de arrumar, de um poema célebre de Álvaro de Campos» (*O Lugar do Anjo. Ensaios Pessoaanos*, Gradiva, Lisboa, 2004).

Apesar da admiração que tenho pelo trabalho cuidadoso de Teresa Sobral Cunha (em dois volumes: *Fernando Pessoa, Livro do Desassossego, Vol. I – Vicente Guedes/Bernardo Soares; Vol. II – Bernardo Soares*, Campinas, Editora da Unicamp, São Paulo) não acredito numa ordenação cronológica dos fragmentos pois muitos deles não são datados. E, sobretudo, porque não vejo uma vantagem estética de leitura nessa ordem hipotética. A meu ver, Vicente Guedes foi apenas um nome cogitado na primeira fase da escrita, e Bernardo Soares é o seu autor definitivo. O próprio poeta escreveu, já no fim da vida, que, para editar o *Livro do Desassossego*, era preciso adaptar os textos mais antigos à psicologia de Bernardo Soares que seria a «vera psicologia». ■

**Professora da Universidade de São Paulo, especialista em Teoria e Crítica Literária e em Literatura Francesa*



Dicionário obrigatório

Estamos na presença de um dos projectos mais fascinantes publicados em 2008: o *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português* (Caminho), uma ideia de Zeferino Coelho, responsável pela editora, sob a coordenação de Fernando Cabral Martins, professor de Crítica Textual e Literatura Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa. Com 960 páginas, cerca de 600 entradas e elaborada por mais de 80 especialistas entre nacionais e estrangeiros, a obra impõe-se por preencher duas lacunas: a de integrar a obra do autor de *Mensagem* no quadro do modernismo português, numa espécie de jogo de espelhos e, não menos importante, ver que esse período – como nota o seu coordenador na apresentação – «é de uma riqueza desmedida no quadro da arte portuguesa» em que Pessoa ocupa o pólo mais importante. Depois de uma rápida cronologia sobre o poeta de *Orpheu* – que podia ter sido contextualizada com os acontecimentos mais importantes da vida cultural e política a nível internacional – podemos começar com um breve histórico («À Memória do Presidente-Rei Sidónio Pais») até à última entrada, «Zen», tentando comparações com a poesia de um dos heterónimos predilectos de Pessoa – o heterónimo-autor de *O Guardador de Rebanhos*, Alberto Caeiro.

Dando uma panorâmica fundamentada do período em causa, o leitor – esta é uma das facetas mais estimulantes deste dicionário – tem ainda a possibilidade de cruzar informações de índole pessoana com outras que, à primeira vista, eram de todo em todo postas de lado, como as relações de Pessoa, com outros grandes autores como Shakespeare, Joyce ou Borges.

No que toca ao *Livro do Desassossego*, o leitor encontra várias entradas. Há breves sobre Vicente Guedes, Bernardo Soares e sobre a própria natureza do livro, todas assinadas por Richard Zenith, ensaísta ligado umbilicalmente a uma das teses de como editar o *Livro do Desassossego* (Assírio & Alvim). É mais uma acha para a fogueira que poderia (e devia) ter sido evitada... ■ CCL



Richard Zenith – «O maior defeito desta nova edição é um velho defeito: a falta de transparência, que já vinha da edição da Presença quando integrou mais de 100 inéditos mas sem nenhuma explicação donde vinham (não fornecia as cotas), o por que é que faziam, ou por que deveriam fazer, parte do *Livro do Desassossego*. Parece-me imprescindível indicar quais textos só conjecturalmente pertencem à obra. E há um procedimento novo nesta edição que me espantou: a inclusão, na lista das variantes e, primeiras versões, de palavras e frases riscadas pelo autor mas *sem nenhuma indicação de que foram riscadas*.»

Teresa Sobral Cunha – «A declaração é surpreendente para quem saiba que a própria seleção do autor do *Livro do Desassossego* existente no espólio dispõe de numerosos trechos sem os identificar a sigla *L. do D.* A identificação de trechos de fora desse núcleo só pode fazê-la quem esteja muito por dentro da deriva de escrita deste autor.»

A mais mediática das investigadoras e divulgadoras pessoanas, Teresa Rita Lopes – que chegou a dar-se ao luxo de ter adaptado a divertida *blague* anónima, «Tanto Pessoa já Enjoa!» –, há muito que tem vindo a dedicar a passagem das suas horas ao estudo da obra do autor de *Tabacaria*. Mais concretamente, desde 1977, quando publicou *Fernando Pessoa et le Drame Symboliste: Héritage et Création* (ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Paris), que serviu para a tese do seu doutoramento.

Em *Pessoa por Conhecer* (Estampa, 1990), Teresa Rita Lopes defendia que o *Livro do Desassossego* «era uma pequena arca dentro da grande arca» – com 27.543(!) documentos constantes do espólio – «para onde Fernando Pessoa atirava para lá, e a esmo, todo o tipo de textos poéticos ou em prosa, que não tinham cabimento nos outros conjuntos que ia gizando». Quanto à atribuição da autoria do *Livro do Desassossego*, julga que não é «legítimo atribuir aos dois autores, porque o(s) seu(s) estilo(s) é, ou são, diferentes.»

Enquanto prepara uma biografia de Pessoa para a editora francesa La Différence (em Portugal ainda não escolheu nenhuma editora), Teresa Rita Lopes não esconde «o grande desafio» que é pôr de pé a sua versão do *Livro do Desassossego*.

«O que não quero fazer é o que alguns estudiosos de Pessoa pretendem fazer ou fazem.»

O quê?

«Utilizar os trechos como as cartas de baralho que cada um dá a seu bel-prazer. O *Livro do Desassossego*, foi como *Mensagem*, o projecto de toda a sua vida. Só que Pessoa organizou *Mensagem*. O mesmo não aconteceu com o *Livro do Desassossego*.»

Mas não quer levantar nenhuma ponta do véu?

«A mim, apetece-me descobrir e respeitar

o seu desenvolvimento orgânico e surpreender como esse projecto foi evoluindo dentro dele.»

Um desses desenvolvimentos orgânicos pode muito bem ser o que o bibliógrafo por excelência do autor de *Mensagem*, José Blanco, explica para toda a inquietação em torno do *Livro do Desassossego*, recorrendo a dois críticos: um americano, George Monteiro, outro brasileiro, Gustavo Franco. Se o primeiro afirma que a obra «é o sonho de um leitor pós-modernista», o segundo considera «que ela é um espécie de *blogue avant la lettre*». Mais: «As próprias essências da pós-modernidade literárias e dos *blogues* na Internet implicam» sugere Blanco, «que haja um movimento constante, controverso e desassossado em torno da obra de Bernardo Soares.»

Quando em 1990, por insistência de Joaquim Vital, responsável máximo de La Différence, José Blanco esteve à beira de se aventurar na preparação da inquietante obra (tendo, à época, convidado Teresa Sobral Cunha para a transcrição textual), tinha como modelos as edições de António Quadros (de 1990, nas Publicações Europa-América, em dois volumes, acabando por se decidir pela segunda versão na Lello & Irmão, 1986) e a proposta por Ángel Crespo em castelhano (Seix Barral, Barcelona, 1984).

Agora, José Blanco não está de todo em todo virado para qualquer edição do *Livro do Desassossego*. Por uma razão muito simples: «A versão publicada por Richard Zenith – cuja mais recente publicação data de 2006 – dificilmente será melhorada. Como leitor de Pessoa, a edição da Assírio & Alvim satisfaz-me completamente.»

Sem mostrar desinteresse pelo debate sobre o *Livro do Desassossego*, Ivo Castro, coordenador da Equipa da Edição Crítica das Obras Completas de Fernando Pessoa (ed. Imprensa Nacional-Casa da Moeda), constituída em 1988, julga que «a obra não figura entre os projectos editoriais mais próximos» da equipa por si dirigida.

Mas está de todo em todo posto de parte uma proposta do Livro do Desassossego pelo seu staff?

«É, certamente, uma possibilidade interessante a considerar, mas apenas a médio prazo, porque na verdade o campo editorial encontra-se bastante fornecido de edições dessa obra de Pessoa.»

Sem dúvida, mercado existe. Mas as unhas continuam tão afiadas que o debate público e aberto – que devia existir sobre o *Livro do Desassossego* – continua sem dar sinais de vida. E, suspeita-se que o desassossego vai manter-se por muitos e bons (ou maus?) anos... Lá onde quer que esteja, Fernando Pessoa deve repetir para com os seus botões, uma das máximas do seu médico heterónimo, Ricardo Reis: «Sábio é o que se contenta com o espectáculo do mundo.» Acontece que o espectáculo não é muito animador... ■



Pessoa vezes sete em 250 exemplares únicos

A ideia só podia sair da sensibilidade de um grande editor – José da Cruz Santos – que preparou para a Portugália Editora, associando-se assim às comemorações dos 120 anos do nascimento de Pessoa, uma edição fantástica de 250 exemplares que não voltará jamais a aparecer (mesmo que esgote). Tudo numa caixa, de rosa velho forte, com sete livros-sete retratos-sete poemas, ou seja, Pessoa vezes sete. Tudo, por atacado, 140 euros!

Carlos Marques Queirós, o organizador, seleccionou de Pessoa, ele mesmo, a *Mensagem* e *Poemas Escolhidos*; de Álvaro de Campos, um com *Poemas Escolhidos*, outro reunindo *Opiário*, *Ode Triunfal* e *Ode Marítima*; Ricardo Reis tem direito a *Poemas Escolhidos*, assim como Alberto Caeiro,

e o semi-heterónimo Bernardo Soares é apresentado com *Fragments Escolhidos do Livro do Dessassossego*. Os textos são oriundos das obras com a chancela Assírio & Alvim.

Cada livro é ilustrado com um retrato (o qual também é reproduzido em A4). Pela ordem acima indicada, *Mensagem* inclui o emblemático desenho de Almada Negreiros, seguindo-se-lhe trabalhos de Mário Botas, Júlio Pomar, José João Brito (com base na celeberrima fotografia enviada por Pessoa à sua namorada Ofélia, com a legenda «Apanhado em flagrante delicto»), Rolando Sá Nogueira, Costa Pinheiro e, por fim, Carlos Carreiro.

Há mais: José da Cruz Santos reuniu à parte *Sete Poemas para Fernando Pessoa* de outros tantos

poetas: Almada, António Botto, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena, Rui Knopfli, Sophia e Vasco Graça Moura.

É subjectivo (e irónico...), mas de todos o mais conseguido é o longo poema, «o encontro», de Graça Moura, que não morre propriamente de amores por Pessoa, como se pode ler nestas páginas. Foi extraído do livro *A Sombra de Figuras* (numa edição de autor, em 1985). Abre assim: «o outro borges trouxe-o da lua errante / à escala taciturna de Lisboa / neste retrato ao lado de pessoa / a semelhança de ambos é flagrante.» A caixa rosa fecha assim: «tão falso que é verdade, tão flagrante, / o terem nas escalas de Lisboa / camões, cesário, borges e pessoa / destes encontros sob a lua errante.» ■ Carlos Câmara Leme